

*Discurso na cerimônia de assinatura do decreto que cria o Conselho Deliberativo da Política do Café*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 29 DE OUTUBRO DE 1996

*Senhor Ministro Francisco Dornelles, da Indústria, do Comércio e do Turismo; Senhores Senadores Élcio Álvares e Francelino Pereira; Senhor Presidente da Comissão Especial do Funcafé, Deputado Carlos Melles; Senhores Deputados integrantes da Comissão; Senhores Parlamentares que aqui se encontram; Senhores Representantes do setor cafeeiro; Doutor Roberto de Abreu Sodré, que nos dá a honra da companhia neste momento; Senhoras e Senhores;*

Já se disse, há muito tempo, que o café era uma planta democrática. Por que se disse isso? Isso disseram os historiadores que pensaram um pouquinho sobre o Brasil – ou muito. Por que se disse que era uma planta democrática? Pelas razões que o Deputado Carlos Melles e o Ministro Dornelles expuseram aqui.

O café é uma atividade que congrega, agrega pessoas, cria empregos, se multiplica e tem uma peculiaridade, talvez pouco ressaltada na história do Brasil: o café criou cidades. Outras plantas, que permitiram um enriquecimento considerável no Brasil – ainda há pouco, conversando com o Presidente do PFL, Deputado José Jorge, a

quem agradeço, também, a presença aqui, mencionávamos o fato – levaram a um enriquecimento de outra natureza: não permitiram, não criaram e não suscitaram a formação de um mercado interno, como o café fez.

Quando se olha o mapa do Brasil, quando se vê a história do Brasil, vê-se que, onde houve café, houve, também, progresso urbano. Vejam São Paulo, vejam Minas, vejam o Paraná, vejam o Espírito Santo. São regiões povoadas densamente e povoadas por cidades, porque o café criou, também, o comércio do produto, a torrefação, a indústria do café e a mão-de-obra abundante, que o café sempre requer. Então, é por isso que o café é uma planta que reformulou as estruturas da sociedade brasileira – não é só da produção, não: da própria sociedade brasileira.

Houve um tempo em que discutia muito por que os cafeicultores – no caso, eram os paulistas – se tinham transformado em abolicionistas e republicanos. Podia parecer um contra-senso uma classe que, tradicionalmente, no Império, estava baseada na escravidão transformar-se, repentinamente, em republicana e abolicionista. Transformou-se, exatamente pelas razões que estou dizendo aqui: num dado momento, os produtores de café perceberam que a introdução do trabalho livre lhes traria uma vantagem e se abalçaram a ir até a Itália buscar aqueles que viriam para o Brasil como mão-de-obra e que, rapidamente, deixariam de ser mão-de-obra para serem, eles próprios também, produtores.

E não foram só os que produziram café lá na fazenda, não; também aqueles que ficaram nas cidades, nos empórios, que constituíram a base inicial da riqueza. E alguns desses produtores de café, efetivamente, se transformaram em republicanos.

E quando se lê na história “Não é possível, o Partido Republicano – no caso, o paulista – era composto de fazendeiros do café. Mas o café não era a base do Império? Como é que eles se transformaram em republicanos?” –, é porque inovaram, perceberam que havia que mudar a relação social de produção, que o trabalho livre teria vantagem sobre o trabalho escravo. Então, o café

realmente revolucionou as estruturas políticas do Brasil, revolucionou as estruturas sociais.

Bem, com todas essas características, ele teve mais uma: é que perdura como um fator importante de progresso, hoje em dia, no Brasil. E o que estamos fazendo aqui, Deputado Melles, Ministro Dornelles, é dar conseqüência a isso.

É um absurdo que uma planta como o café, uma produção como a do café, que agregou tanto ao País, tivesse ficado segregada das decisões do Estado e que o Estado, na sua insolência, em certos momentos, pudesse opinar, tomar decisões com alcance, às vezes, danoso, sobre a cafeicultura, sem que os cafeicultores participassem do processo da elaboração da política, do controle das decisões e do aconselhamento sobre aquilo que seria o melhor caminho.

Não foi sempre assim. Houve momentos – em 32 se criou o IBC, e o IBC cumpriu um certo papel – em que esses vai-e-vens institucionais e, muitas vezes, a deformação das instituições que eram criadas para proteger a agricultura acabaram se transformando em protetores da burocracia e dos interesses dos próprios governos e impediram que houvesse uma política estável com relação ao café.

Isso para não falar em outras questões, como a geada de 75, de conseqüências arrasadoras sobre o café, no Paraná; como a necessidade de ter-se uma noção mais concreta do zoneamento agrícola; como a necessidade de que esses fundos como o Funcafé realmente sirvam à cafeicultura e não ao financiamento do Estado, para fins perversos. Então, foi impossível, até há muito pouco tempo, haver descortino na política cafeeira.

Hoje, nós podemos tê-lo; podemos porque – e agradeço as referências feitas pelo Ministro e pelo Deputado, mas vou retomar alguns raciocínios – realmente o Brasil, desculpe repetir, tem realmente rumo hoje. E tem rumo porque nós acabamos com a inflação e porque, ao acabar com a inflação, ao tomar as medidas pertinentes para que a inflação não toldasse a nossa visão, nós começamos a reconstruir as finanças públicas na base da seriedade, na base da verdade, não na base, pura e simplesmente, de uma enganação permanente.

É duro. É muito sofrido. A inflação ajudou imensamente os Governos. Imensamente. Fui Ministro da Fazenda do Presidente Itamar Franco numa época em que a inflação era de 20% ao mês, 30% ao mês. Tragédia. Só que bastava segurar o pagamento por um, dois meses, e o Tesouro se refazia. Podia dar o salário que os funcionários pedissem, porque era comido imediatamente.

Então, isso ajudava, perversamente, e acomodou os dirigentes brasileiros, os políticos brasileiros a uma situação na qual a irresponsabilidade era a norma, porque ela era encoberta pela inflação. Dívida? Dívida do quê, se em pouco tempo a dívida vira zero? Promessa do quê, se, depois, do que se vai cumprir não se cumpre nada, porque a inflação permite que tudo isso desapareça.

Agora, não. Agora nós começamos a ver o País tal como ele é e a valorizar aqueles que devem ser valorizados, os que produzem, realmente, no Brasil: os trabalhadores, os empresários, o setor público que produz. Daqui por diante, só vai ter lugar, neste país, quem, realmente, contribuir para ele. Os parasitas têm que acabar, e, entre os parasitas, estão as burocracias que parasitavam o café. Isso tem que acabar.

Então, hoje, há um novo espírito, e desse novo espírito, que é uma nova estrutura do Estado, um Estado mais aberto, mais democrático, esse Conselho Deliberativo da Política Cafeeira é parte constitutiva.

Nós, aqui, Ministro Dornelles, não fazemos mais do que cumprir a nossa obrigação. E, ao assinar esse decreto, estamos dando um passo na direção daquilo que o Brasil sabe que se impõe. Seria imperdoável que não o fizéssemos. Eu não teria sequer a desculpa da confusão, como havia no passado, para que as pessoas não tomassem as deliberações necessárias. Hoje, quem quiser dirigir este país tem que ter a coragem – não sei se é coragem; a decência, melhor – de fazer o que o País quer. Não é nada mais do que isso. Mas é preciso fazer.

Este passo que nós estamos dando aqui é simplesmente isto: cumprir o que a Câmara discutiu, com muita capacidade, amplamente. Agradeço, mais uma vez, ao Deputado Melles, aos Deputados que colaboraram, aos Senadores. É o que os empresários desejam. Daqui por

diante, não vamos ter desculpas. Mas não é o Presidente que não vai ter desculpa, os senhores também não a terão, porque participarão.

Então, aqui, não se trata de benemerência do Governo para com os empresários. Trata-se de outra coisa: de abrir um espaço para a responsabilidade mútua. É assim que as democracias precisam ser organizadas, podem caminhar e devem ser dirigidas: com responsabilidade mútua. Se errarmos amanhã, não será o Ministro da Indústria e do Comércio, não será o Presidente da República: nós todos vamos errar, porque o Presidente e o Ministro vamos ouvi-los, ouvir os deputados, ouvir os empresários, ouvir os trabalhadores, ouvir os interesses gerais da Nação, compor os interesses gerais da Nação, de modo que haja espaço crescente para que os que produzem tenham ganhos em sua produção. Vamos estar juntos. E é melhor estar junto.

As tarefas são tão desafiadoras, que não há presidente que possa, no seu isolamento, resolvê-las. Não há Câmara dos Deputados que, sozinha, sem o Executivo e sem a sociedade, possa emitir leis capazes de resolver. Nem há sequer empresários ou trabalhadores que, juntos, possam resolver. Não, nós temos que estar, realmente, num âmbito mais espaçoso, porque as metas definidas pelo Ministro Dornelles – e eu o felicito, pois aí há todo um roteiro de atividades, não é só palavra – são difíceis de serem levadas à prática. Elas vão requerer uma ação contínua, do Governo e dos senhores, de cobrança e também de realizações. E cobrança recíproca. Na democracia é assim. E não há mal nenhum em cobrar – mal é não prestar contas, é não dizer porque que se fez e por que se deixou de fazer. É preciso tentar entender e tentar avançar.

Mas existe o roteiro, que está aí feito, para chegar a essa meta ambiciosa: 30 a 35 milhões de sacas de café. Ambiciosa, mas factível, num comércio mundial que vai aumentar e no qual o Brasil não vai abrir mão de ser o principal produtor, um grande consumidor interno; e vai ter peso na decisão do preço do café – não por arrogância nossa, não precisamos disso, mas porque estamos contribuindo, e decisivamente, para a produção do café, como já contribuímos, ge-

neticamente, na melhoria do café; como temos contribuído na redescoberta de possibilidades agrícolas do Brasil.

Quem imaginaria, há dez anos, há quinze anos, que o cerrado ia ser plantador de café, meu Deus! E hoje é o que estamos vendo aí, uma verdadeira nova revolução. Feita por quem? Pela Embrapa, por nós, brasileiros. Então, estamos na frente desses processos todos e não vamos temer os outros setores produtivos e os setores consumidores. Vamos tomar em consideração, naturalmente, porque faz parte do jogo do comércio mundial, os interesses de cada setor, mas vamos defender os nossos interesses, que são muito claros. E esses interesses nossos só poderão ser bem defendidos se estivermos juntos.

Então, ao agradecer a presença dos senhores, tão numerosa; ao agradecer as manifestações dos que falaram; a presença dos Líderes que aqui estão, eu queria, sim, dizer, e com muita sinceridade, que, daqui para a frente, se estivermos juntos, não na base de seguir a vontade do Ministro e do Presidente, não, mas juntos, mesmo, no sentido de compartilhar as dificuldades, as soluções, os desafios e as vantagens das decisões bem feitas; se estivermos juntos, essa planta democrática, que é o café, vai continuar ainda mais democrática e beneficiará mais brasileiros. E esses milhões que já vivem do café terão a sua justa retribuição.

Só peço isto: vamos continuar juntos nessa luta por um Brasil digno, decente, um Brasil que dê cabida aos que realmente trabalham, um Brasil onde o Governo tem responsabilidade e sabe que sem os que trabalham, fora do Governo, nada vai ser feito. E peço, também, que reconheçam que, dentro do Governo, há quem trabalhe.

Muito obrigado.